



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

OS RUMOS PARA 1996

BRASÍLIA
1996



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

OS RUMOS PARA 1996

BRASÍLIA
1996

Brasil, *Presidente*, 1995. (F.H. Cardoso)

Os Rumos para 1996. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento, 1996.

32 p. — (Documentos da Presidência da República.)

I. Cardoso, Fernando Henrique, Presidente do Brasil, 1931 II. Título

CDD

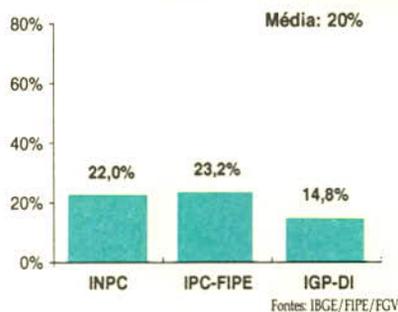
OS RUMOS PARA 1996*

RESULTADOS DE 1995

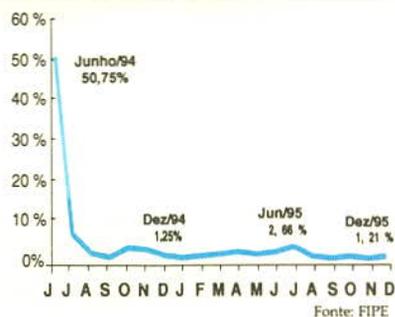
A inflação caiu

O ano de 1995 foi positivo para o Brasil. Tivemos, primeiro, uma queda significativa nos índices inflacionários. Qualquer que seja o indicador utilizado, na média, houve uma redução da inflação para 20% ao ano. Antes do Plano Real, a inflação estava em torno de 50% ao mês. Os índices de 1995 são os mais baixos desde o início dos anos 70. A inflação em 1996 deverá ser mais baixa do que a de 1995 e a de 1997, mais baixa do que em 1996.

Inflação
Principais Índices de 1995



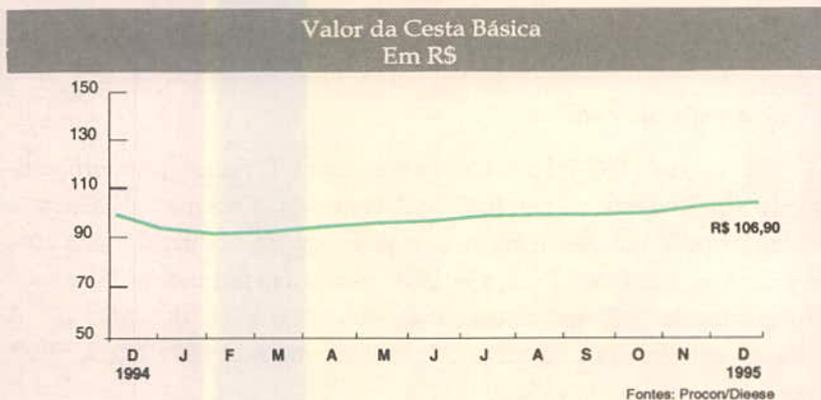
Inflação
IPC - FIPE



* Versão editada da apresentação feita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da entrevista coletiva à imprensa em 17.1.96, no auditório do Palácio do Planalto.

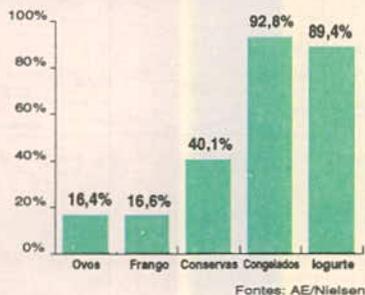
O poder aquisitivo aumentou

Em 1995, a economia cresceu e houve valorização do poder de compra, sobretudo dos assalariados e dos mais pobres. A cesta básica, de julho de 94 até hoje, cresceu somente R\$ 3,00. Em 1995, seu preço permaneceu praticamente o mesmo.

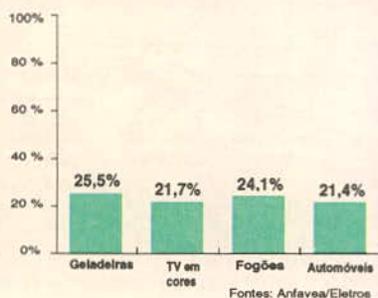


O consumo de alimentos cresceu, em geral, 30%. O consumo de ovos aumentou 16%; o de frangos, 16%; conservas, 40%; congelados,

Aumento de Consumo de Alimentos
(em relação a 94)



Aumento de Vendas de Bens Duráveis
(em relação a 94)



92,8%; iogurte, 89,4%. Esses dados revelam um aumento do consumo de proteínas por parte dos brasileiros, que estão se alimentando mais e melhor.

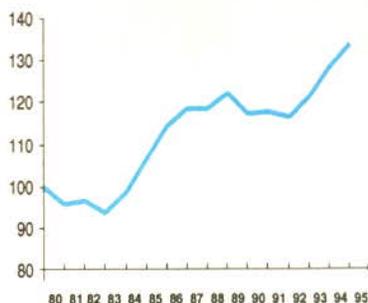
Houve também crescimento no consumo de bens duráveis: geladeiras, 25%; TV a cores, 22%; fogões, 24%; automóveis, 21%.

A economia cresceu

Desde 1993 a economia está crescendo. A taxa de crescimento foi de 4,2% em 1993, 5,7% em 1994 e 4,09% em 1995. Depois de 3 anos de queda da renda *per capita* e de inflação maior do que 1.000% ao ano, entre 1990 e 1992, deveremos ter 6 anos de crescimento de 1993 a 1998.

O PIB *per capita* também cresceu. Em 1995, o crescimento foi de 2,7%. A taxa de crescimento da população ficou em torno de 1,4%.

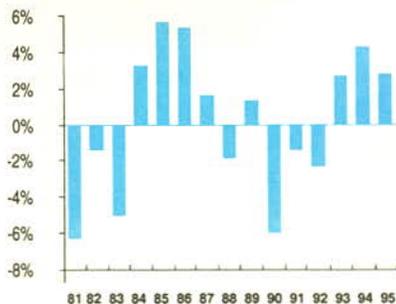
**Produto Interno Bruto
(PIB) Brasil**



Ano-base: 1980

Fontes: IBGE/IPEA

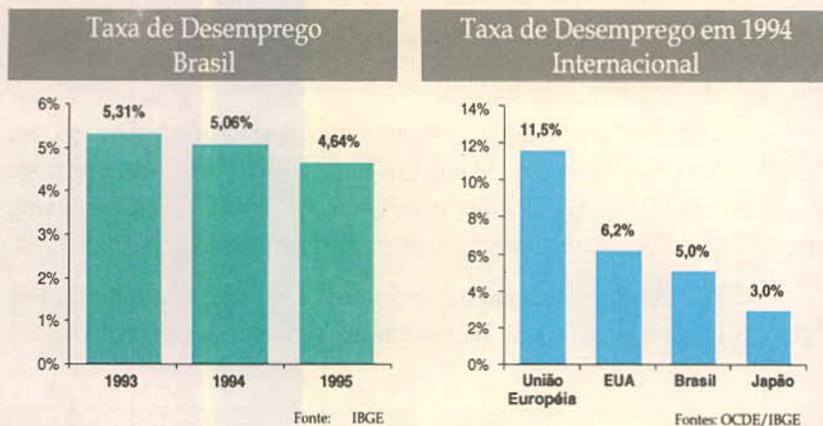
**PIB - Per Capita
Taxas de Crescimento**



Fonte: IBGE

Com a entrada do Real, o consumo expandiu e o crescimento da economia acelerou-se. O emprego aumentou. Em princípios de 1995, a crise do México e o excessivo aquecimento da economia recomendaram

medidas de ajuste para moderar o crescimento. O nível de emprego então baixou. Mas o índice de desemprego de 1995 é menor do que o de 1994. É um dos mais baixos da história recente do País.



A taxa de desemprego do Brasil é mais baixa do que a da maioria dos países desenvolvidos.

O comportamento do emprego no Brasil deve ser visto em seu aspecto global e não em áreas localizadas do país ou da economia. Em 1995, o emprego cresceu no setor de serviços e também no setor rural. Decresceu a oferta de emprego em certos setores industriais. Na média, a taxa de desemprego não cresceu. No entanto, quem se desemprega em um setor, não necessariamente se reemprega em outro. O governo se preocupa, assim, não apenas com a geração de novos empregos, mas com o retreinamento dos que estão desempregados. É por isso que, com recursos de R\$ 44,4 milhões, foram treinados, em 1995, 222.059 trabalhadores por intermédio do Programa Nacional de Qualificação Profissional, duas vezes e meia o número de trabalhadores treinados em 1994 (90 mil). Para 1996, a meta é oferecer um milhão de matrículas, com investimento de R\$ 290 milhões, no âmbito dos Planos Estaduais e mais R\$ 100 milhões via FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, Ministério de Ciência e Tecnologia).

Valeria indicar, ainda, os seguintes dados relativos aos trabalhadores em 1995:

- os rendimentos reais médios, por posição na ocupação cresceram 12,26% em 1995, contra 4,88% em 1994 (fonte: IBGE);
- o salário mínimo teve um aumento de 54% (passou de R\$ 64,79, em julho de 1994, para R\$ 100,00 em maio de 1995);
- o Programa do Seguro-Desemprego beneficiou cerca de 4 milhões de trabalhadores, utilizando, até novembro de 1995, R\$ 1,6 bilhões;
- foi implantado o Programa de Fiscalização do Trabalho Escravo e Infantil. Em 1995, foram realizadas 11 operações de fiscalização e lavrados 849 autos de infração. Quatro empresas foram interditadas, 83 trabalhadores foram retirados de fazendas e 12 agenciadores de mão-de-obra foram presos.

As reformas começaram

O Estado começou a mudar o seu perfil, passando de proprietário à condição de regulador. Isso não significa que o Estado abrirá mão de todo o seu patrimônio. Mas o Estado, que era proprietário de empresas produtivas e de muitos setores de produção, torna-se um Estado regulador e fiscalizador. Isso requer uma nova estrutura do Estado, que está sendo implementada. É um processo até de mudança de mentalidade das pessoas, de convencimento pedagógico e que não pode se dar apenas com a publicação de um decreto ou de uma lei.

Com a modernização já em marcha, a economia brasileira passou a receber maior volume de investimentos, para assegurar melhores serviços e mais emprego. Alguns críticos apontam a necessidade de o governo acelerar a elaboração de projetos de leis complementares ao texto constitucional modificado. É importante salientar que muitas dessas matérias não requerem lei complementar. Em outros casos, os projetos de lei já estão no Congresso, como os relativos a cabotagem. Nas telecomunicações, os projetos de textos legais já estão no Senado.

Em relação ao petróleo, o projeto de regulamentação já está sendo encaminhado ao Congresso.

Assunto	Aprovação Câmara	Aprovação Senado	Promulgação
Gás Canalizado Flexibiliza o monopólio estatal, permitindo a participação de empresas privadas nos serviços de distribuição	03-mai-95	08-ago-95	15-ago-95
Redefinição de Empresa Brasileira Estabelece que empresa brasileira passa a ser aquela instalada no país, independentemente da origem do capital	10-mai-95	08-ago-95	15-ago-95
Navegação interior e de cabotagem Fim da reserva de mercado para empresas nacionais	17-mai-95	08-ago-95	15-ago-95
Monopólio das telecomunicações A União pode, mediante concessão, contratar empresas privadas para explorar serviços telefônicos, telegráficos e de comunicações	25-mai-95	10-ago-95	15-ago-95
Quebra do monopólio do petróleo A União pode contratar, com empresas privadas, a realização de atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural	07-jun-95	08-nov-95	09-nov-95

A mudança do perfil do Estado tem sido promovida não apenas para assegurar um bom desempenho na área econômica, mas sobretudo para possibilitar uma nova política social.

A nova política social

Principais pontos:

- a) maior eficiência do gasto social;
- b) ênfase na ampliação de oportunidades (saúde, educação);
- c) prioridade para as camadas de baixa renda: opções pelo ensino básico, ensino profissionalizante, combate à mortalidade infantil, saneamento e moradia popular.

Resultados da nova política social já foram obtidos em 1995, como se demonstra abaixo, em educação e saúde. Ressalta-se, também o trabalho do Programa Comunidade Solidária. Atuando de maneira inovadora para agilizar a liberação de recursos e fiscalizar as ações de impacto social no âmbito dos Ministérios, o Programa Comunidade Solidária tem recebido o apoio de vários segmentos da sociedade aos projetos de ensino básico e saúde em localidades carentes (cesta básica do aluno e do professor, transporte escolar, merenda, combate à mortalidade infantil). O projeto mais recente, a “Universidade Solidária” levou mil jovens universitários a comunidades pobres para dar assistência e orientação, inclusive na área de saúde, e iniciar um processo de melhoria da situação social dessas comunidades.

Na área de saúde, vale mencionar as seguintes realizações:

- os gastos com saúde, em 1995, dobraram em relação a 1993. Atingiram R\$ 15,8 bilhões. Ultrapassou-se, assim, a meta do Plano de Governo de gastar, para os 4 anos de mandato, pelo menos R\$ 80 anuais *per capita* com saúde;
- o Programa de Agentes Comunitários de Saúde contava, em 1994, com 29.098 agentes. Em 1995, passou a ter 34.546. O Programa está hoje implantado em 1.008 municípios e é um instrumento valioso de combate à mortalidade infantil;
- o número de hospitais credenciados como “Hospitais Amigo da Criança” dobrou. Eram 11 em 1994. Passaram a 22 em 1995;

- o número de municípios beneficiados pelo Programa de Suplementação Alimentar “Leite é Saúde” aumentou de 480, em 1994, para 915;
- o número de médicos que visitam os doentes em seus domicílios passou de 328, em 1994, para 851 em 1995; o Programa de Saúde da Família agora abrange 177 municípios, contra 65 em 1994;
- o Programa Nacional de Imunização manteve erradicada a paralisia infantil, contribuiu para a sensível diminuição dos casos de difteria, tétano acidental, coqueluche e sarampo; e diminuiu, em 50% os casos de tétano neonatal, já próximo da erradicação;
- o combate à fraude durante 1995 resultou na redução de 1.815.347 internações hospitalares, no período de janeiro a outubro, comparado com igual período em 1994; introduziram-se mecanismos informatizados de controle dos pagamentos, reativou-se o Sistema Nacional de Auditoria e realizou-se rigorosa fiscalização e controle das internações.

Na educação, ressalta-se a prioridade ao ensino fundamental. A proposta de emenda constitucional enviada ao Congresso em 15 de outubro de 1995 prevê:

- vinculação de 15% de toda a arrecadação de estados e municípios ao ensino fundamental e formação de um fundo contábil;
- redistribuição dos recursos do fundo entre estados e municípios de acordo com o número de alunos da rede de primeiro grau;
- garantia, pelo Governo Federal, de um gasto mínimo por aluno de, pelo menos, R\$ 300,00 por aluno/ano; e
- vinculação de 60% desses recursos ao pagamento do professor em efetivo exercício em sala de aula.

Com essa proposta, prevê-se a vinculação permanente de cerca de R\$ 12 bilhões por ano ao ensino fundamental.

Outra inovação, em 1995, foi a criação da TV Escola, um canal exclusivo, via satélite, para promover a atualização dos professores. Cada escola pública com mais de 100 alunos receberá recursos para a aquisição de um televisor, um videocassete e uma antena parabólica para a recepção dos sinais da TV Escola. Em 1995, já foram repassados recursos para atender mais de 40 mil escolas, em benefício de mais de 23 milhões de alunos.

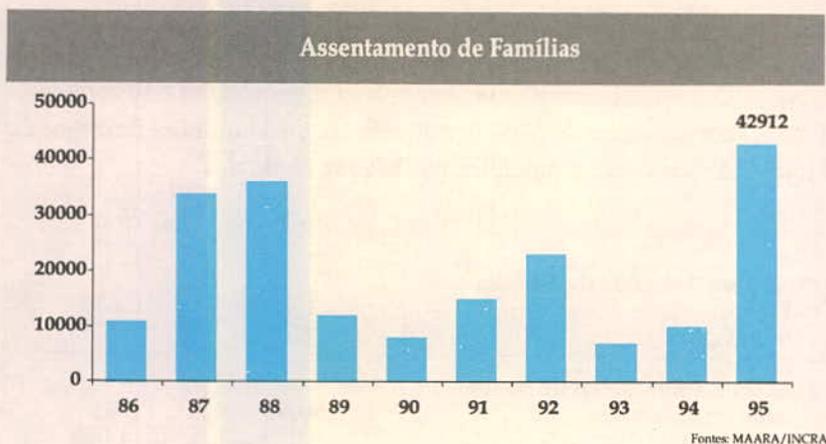
O Programa Nacional do Livro Didático distribuiu 110 milhões de livros, para atender a todos os 30 milhões de alunos da 1ª à 8ª séries. A qualidade dos livros foi avaliada, com o objetivo de eliminar elementos de discriminação, inadequação curricular ou incorreções.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (merenda escolar) teve, em 1995, R\$ 660 milhões de recursos — cifra superior à verba da UNESCO para seus programas em todo o mundo (US\$ 518 milhões). Foram servidas cerca de 6 bilhões de refeições a 34 milhões de crianças. Hoje, todos os 4.986 municípios do País são atendidos.

SAÚDE	1994	1995
Programa de Saúde da Família		
Equipes	328	687
Municípios	65	177
Agentes Comunitários de Saúde		
Número de agentes	29.098	34.546
Municípios		1.008
Programa de Suplementação Alimentar		
“Leite é Saúde”		
Municípios conveniados	480	915
Programa Nacional de Imunização		
Casos de tétano neonatal	160	76
Cobertura das campanhas		95%
“Hospital Amigo da Criança”	11	22

EDUCAÇÃO	1994	1995
Programa Nacional do Livro Didático		
Recursos Aplicados	R\$ 159,4 milhões	R\$ 217,7 milhões
Livros Distribuídos	60 milhões	110 milhões
Merenda Escolar		
Recursos Aplicados	R\$ 432,0 milhões	R\$ 660,0 milhões
Dias garantidos	101	170
Alunos atendidos	32 milhões	34 milhões

Com relação à reforma agrária, em 1995 foram assentadas mais de 42 mil famílias. A meta para 1996 é assentar cerca de 60 mil famílias.



Além disso, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, serão atendidas as famílias rurais mais pobres, no entendimento de que não basta assentar as famílias, mas é preciso, também, dar-lhes condições de sobrevivência no campo. Outra inovação diz respeito à canalização de recursos para as famílias rurais. Por meio de um acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura — CONTAG, o governo liberará recursos a serem utilizados diretamente nos assentamentos.

O financiamento rural, em 1995, ganhou novo rumo. Foi eliminada a TR (taxa de referência) para novos financiamentos e recompuseram-se as dívidas acumuladas (vencidas ou por vencer), com carência de dois anos e prazo até dez anos para reembolso, o que beneficia cerca de 230 mil agricultores.

O financiamento da moradia e do saneamento básico, parado há quatro anos, foi retomado. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil estão sendo reestruturados para se adaptarem às novas diretrizes sociais, isentas de clientelismo e afastadas do assistencialismo. Em 1996, serão destinados R\$ 3,8 bilhões para financiamento da construção de casas e obras de saneamento, com base no FGTS — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Estabilidade e rumo

O Real trouxe previsibilidade e estabilidade à economia. Paralelamente, as alianças partidárias trouxeram estabilidade à administração

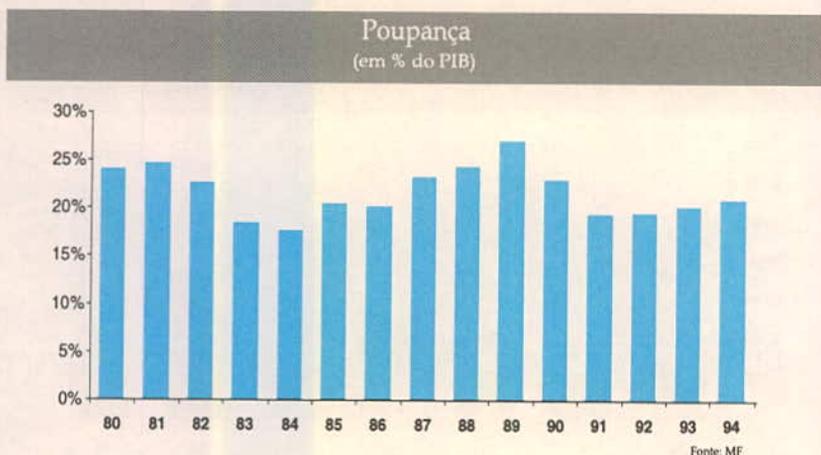


e sustentação às reformas. O Brasil voltou a ter rumo e confiança. A sociedade passou a apoiar o combate à inflação, a abertura da economia e as reformas. O governo, por sua vez, recuperou a capacidade de planejar. O Plano Plurianual (PPA) 1996-1999 sinaliza, por exemplo, em que áreas e quanto se pretende investir. Os empresários voltaram a planejar seus investimentos e os investidores estrangeiros estão retornando ao País.

O QUE QUEREMOS PARA 1996?

- consolidar o Real
- investir para crescer
- crescer para distribuir renda

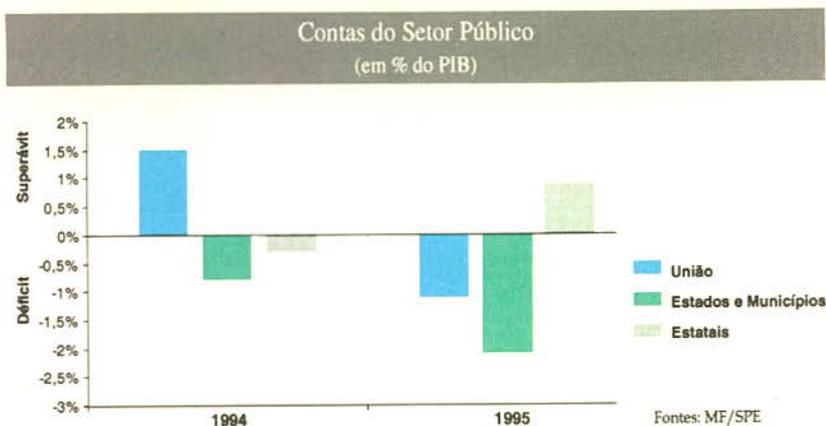
Em 1996, o governo espera a continuidade, com mais ímpeto, do processo de crescimento econômico, por meio de investimentos e do aumento da poupança. A taxa de poupança do Brasil caiu a níveis insustentáveis. Há poucos anos, era 13%. Nos anos 70 chegou a 24%. Em 1995, chegamos a 17,5%.



O QUE PRECISAMOS FAZER?

- equilibrar as contas públicas
- reduzir o custo de produção
- prosseguir a reforma do Estado

O equilíbrio das contas públicas é uma das prioridades do governo para 1996. Houve, em 1995, uma redução desse equilíbrio, mas que não foi muito acentuada na esfera federal. O déficit global foi de 5,05% do PIB em 1995, contra um superávit de 1,34% em 1994. As contas federais passaram de um superávit de 1,59% do PIB a um déficit de 1,71%. O déficit dos estados e municípios, em 1995, foi praticamente o dobro do déficit federal. Passou de 0,57% do PIB, em 1994, a 2,45% em 1995. Na maioria dos estados, os gastos com pessoal comprometem mais de 80% da receita líquida.



REFORMA DO ESTADO

A busca do equilíbrio das contas públicas é uma das razões para se fazer a reforma do Estado. Por que precisamos fazer essa reforma do Estado e que relação tem isso com esse desequilíbrio?

O déficit público ocorreu, em 1995, apesar de um aumento da receita da União, que em 1995 foi de 17%. Ao mesmo tempo, a carga tributária bruta atingiu o recorde histórico de 30%. Praticamente se esgotou a capacidade de taxar a sociedade. O esforço a ser feito deverá ser do lado das despesas, além de um continuado trabalho de combate à fraude e à corrupção. Esse esforço depende, em grande parte, das reformas propostas pelo governo.

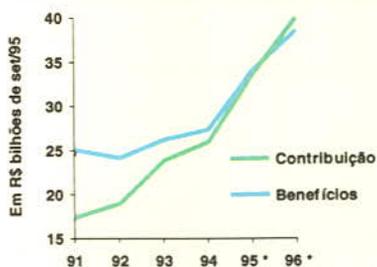
Carga Tributária (em % do PIB corrente)				
Ano	União	Estados	Municípios	Total
1986	16,7	5,1	0,6	22,4
1987	15,3	4,4	0,6	20,3
1988	14,9	4,5	0,6	20,0
1989	14,7	6,9	0,6	22,2
1990	19,9	8,8	0,8	29,5
1991	16,1	7,0	0,6	23,7
1992	17,0	7,2	1,0	25,2
1993	17,6	6,3	0,9	24,8
1994	19,5	7,5	1,3	28,3
1995	20,7	7,8	1,6	30,1

Fontes: MF/SPE

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

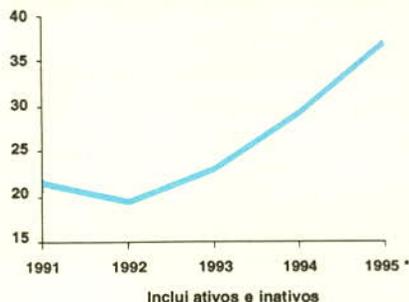
Apesar do crescimento, em termos reais da receita, houve um desequilíbrio, tanto na Previdência Social, quanto nas contas da União. Na Previdência, já se atingiu, em 1995, o ponto em que se gasta mais com o pagamento de benefícios do que se recolhe como contribuição.

Contribuição do INSS e Pagamentos de Benefícios



Fontes: MF/SPE

Despesas com Pessoal e Encargos Sociais



Fontes: MF/SPE

As Causas do Déficit (R\$ bilhões - a preços de set/95)

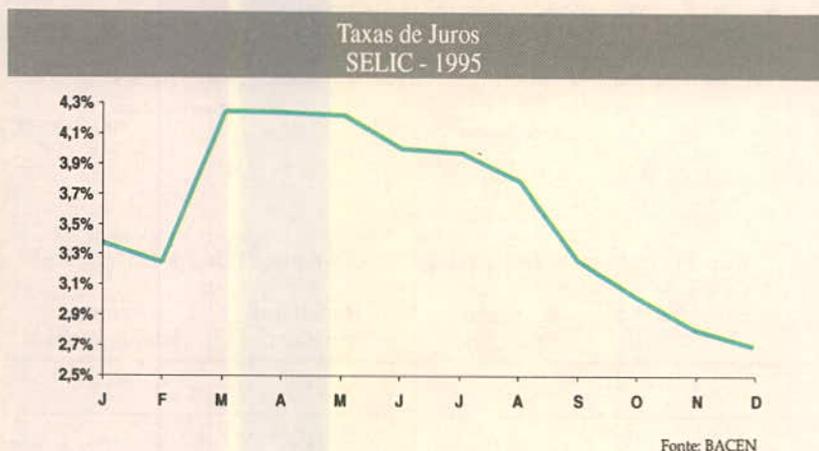
Ano	Pessoal e Encargos	Benefícios Previdência	Juros Dívida Líquida
1991	20,9	17,1	2,9
1992	18,8	18,6	10,9
1993	22,3	23,5	7,4
1994	28,4	25,4	8,5
1995	36,0	32,9	11,9

Fontes: MF/SPE

Quais são as causas do déficit ?

Os gastos com pessoal e encargos de pessoal passaram, em 1991, de R\$ 20 bilhões para R\$ 36 bilhões em 1995. Houve, portanto, um forte aumento de despesa com pessoal. As despesas com Previdência Social passaram de R\$ 25 bilhões para R\$ 33 bilhões. As despesas com juros subiram de R\$ 8,5 bilhões para R\$ 12 bilhões.

A Previdência e os gastos com pessoal são, portanto, os itens que maior pressão exercem sobre as contas federais. A solução para o desequilíbrio das contas públicas reside, assim, na aprovação das reformas administrativa e da Previdência. Sobre os juros, a tendência à baixa deverá continuar em 1996, diminuindo, portanto, a pressão sobre as contas federais.



REFORMA ADMINISTRATIVA

A reforma administrativa criará condições para reduzir os gastos com pessoal, remunerar melhor os funcionários que estejam em atividade e fornecer melhores serviços à população.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A reforma da Previdência visa à recuperação do equilíbrio entre contribuição e benefício e à correção dos privilégios e injustiças, como os casos de aposentadoria com idade relativamente baixa, acúmulo de aposentadorias ou valores muito elevados dos benefícios. O novo modelo

de Previdência estimularia a expansão da Previdência complementar, permitindo um saudável aumento da poupança e investimentos internos.

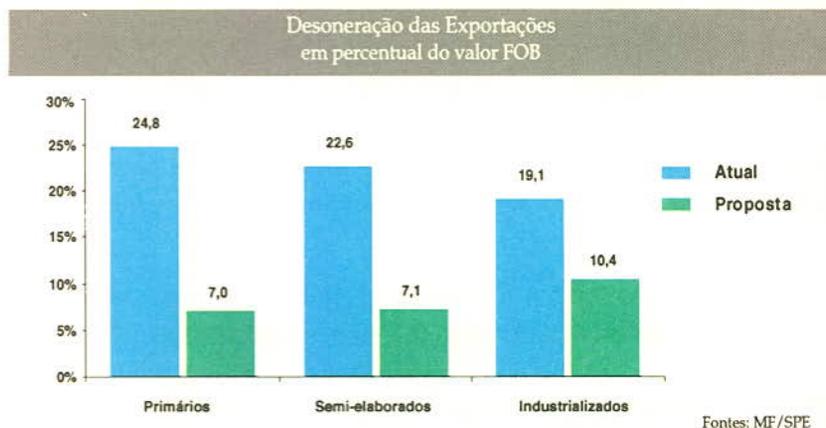
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária é peça fundamental na redução dos custos para produzir. Seus objetivos:

a) desoneração do investimento: isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no investimento novo; isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) na aquisição de equipamentos, máquinas e instrumentos selecionados; redução da incidência do PIS (Programa de Integração Social) nas operações de empréstimos para investimento; tarifas de importação zero para máquinas e equipamentos até dezembro de 1996; e redução de 50% do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) nos empréstimos de pessoas jurídicas;

b) desoneração da produção agrícola: desoneração do ICMS das exportações de produtos agrícolas e de vários produtos consumidos internamente, inclusive da cesta básica;

c) desoneração das exportações: redução da carga tributária total, em especial para produtos primários, conforme quadro abaixo:



Prosseguir na reforma do Estado

Além do equilíbrio das contas públicas e da redução do custo para produzir, será necessário, em 1996, prosseguir na reforma do Estado. Paralelamente às reformas constitucionais, o governo deverá acelerar as privatizações. Os setores siderúrgico e petroquímico já foram privatizados. Inicia-se, agora, uma nova fase em que se procurará lidar com o problema da criação de condições de investimento e de expansão para o atendimento de serviços públicos — distribuição de energia, de água e de gás.

QUE RESULTADOS ESPERAMOS?

- crescimento sustentado
- geração de empregos
- ampliação dos gastos sociais

Crescimento sustentado

A estabilidade econômica alcançada em 1995 reforça a confiança de que o Brasil retomará um ciclo de crescimento sustentado, com crescimento da poupança, do investimento e melhoria da distribuição de renda. A meta é fazer a poupança global passar do atual patamar de 17,5% para 24% do PIB, que foi a média alcançada nos anos 70. Nesse sentido, será enviada ao Congresso, brevemente, uma medida de natureza não constitucional, para reforçar os fundos de capitalização e aumentar, por conseguinte, a poupança.

Com respeito ao investimento, a expectativa é de ampliação continuada, tanto por parte do setor privado e do governo, como também do setor externo. A redução do “Custo Brasil” será uma prioridade em 1996. Os investimentos estrangeiros que, segundo estimativas do Banco Central, atingiram US\$ 3,5 bilhões em 1995, deverão crescer ainda mais

em 1996. As obras públicas serão retomadas, movimentando o setor privado por meio da privatização, das concessões de serviços públicos e da parceria entre setores público e privado. O Plano Plurianual 1996-1999 (PPA) mobilizará recursos significativos na área de infra-estrutura e de desenvolvimento social. Desses recursos, 75% serão destinados à área social.

Plano Plurianual 96/99 (gastos da União em milhões)

	Investimentos	Custeio	Total	%
Infra-Estrutura	47.552	186	47.738	12,3
Agricultura	7.289	6.619	13.908	3,6
Ciência e Tecnologia	2.630	3.847	6.477	1,7
Desenvolvimento Social	23.064	268.594	291.658	75,1
Outros	15.811	12.577	23.388	7,3
Total	96.346	291.823	388.169	100,0

Fonte:PPA

Geração de empregos

Em 1996, o governo enfrentará o problema do desemprego com medidas de natureza estrutural (estabilização da economia, aumento da poupança e do investimento e redução das taxas de juros). Além disso, procurará promover incentivos localizados, como:

- redução dos encargos trabalhistas;
- apoio ao trabalhador rural, por meio do PRONAF;

- apoio às pequenas e médias empresas, que hoje respondem por 43% da produção e 59% do emprego no País; em 1996, o MICT implantará políticas que abrangem a desconcentração geográfica, a implantação do Programa de Apoio à Produção, a regulamentação da lei sobre tratamento jurídico simplificado e a ampliação da cooperação internacional;
- promoção do artesanato;
- qualificação e retreinamento da mão-de-obra.

Ampliação dos gastos sociais

Além da criação de empregos e de condições econômicas favoráveis à melhoria dos salários, o governo tenciona continuar as políticas públicas adotadas em 1995 e criar novas políticas e programas que ampliem as oportunidades. As prioridades serão:

a) reforma agrária: os recursos para o assentamento de cerca de 60 mil famílias já foram comprometidos; além disso, as mudanças legislativas propostas pelo governo permitirão, se aprovadas, a aceleração do processo de desapropriação;

b) educação: 1996 será o ano da educação; serão intensificados os programas lançados em 1995 (valorização do professor, ensino profissionalizante, TV Escola, Acorda Brasil);

c) saúde: o combate à fraude será intensificado; igualmente prioritário será o combate à mortalidade infantil e à melhoria do atendimento nos ambulatórios e hospitais;

d) saneamento e moradia: serão assegurados recursos de R\$ 3,8 bilhões;

e) direitos humanos: adoção do Plano Nacional de Direitos Humanos.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos em 1995 e as propostas para 1996 evidenciam um novo projeto para o País. Esse projeto é de mudança, que é desejada pela sociedade e compartilhada pelo Congresso.

Em 1995, foram lançadas as bases para essa transformação do Brasil: buscou-se estabilizar a economia, iniciou-se o processo de reforma da Constituição e do Estado e redirecionou-se a política social.

Em 1996, o País deverá começar a transformar-se de verdade. Será virada uma página da história brasileira, ficando para trás a inflação, o protecionismo, o clientelismo e a ineficiência. O novo Brasil será estável, economicamente mais eficiente e competitivo, dotado de um aparelho estatal mais enxuto e capaz de oferecer melhores serviços e capaz de oferecer oportunidades aos mais carentes.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

Apoio Institucional
Ministério da Fazenda
Ministério do Planejamento e Orçamento
Banco Central do Brasil

COLEÇÃO DOCUMENTOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1995
4. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (1º Semestre de 1995)
5. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (2º Semestre de 1995)
6. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
7. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
8. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
9. REAL UM NOVO COMEÇO
10. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
11. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
12. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA
13. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
14. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1996
15. OS RUMOS PARA 1996
16. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
17. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO
18. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
19. O MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS
20. POR UM BRASIL MAIS JUSTO — Ação Social do Governo
21. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INGLÊS

1. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
2. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
3. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
4. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
5. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH

6. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON DEVELOPING COUNTRIES
RISKS AND OPPORTUNITIES

FRANÇÈS

1. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT
2. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
3. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME
4. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE

ESPAÑHOL

1. BRASIL 1996: DE LAS REFORMAS AL CRESCIMIENTO

Cópias adicionais desta publicação poderão ser solicitadas à:
Presidência da República
Secretaria de Comunicação Social
Esplanada dos Ministérios - bloco A - 6º andar
Telefone: (061) 224-7300 (Nilde França)
Fax: (061) 322-4624
Brasília - DF
CEP: 70054-900

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPRESA NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1996, COM UMA TIRAGEM
DE 10.000 EXEMPLARES

